

# Arroz e feijão mais baratos

O texto da reforma tributária aprovado pela Câmara acaba com o ICMS para a cesta básica e medicamentos



FERNANDO GASPARINI

Os produtos da cesta básica e os medicamentos ficarão mais baratos com a aprovação da reforma tributária, que passou, às 2h51 da madrugada de ontem, pelo seu primeiro turno na Câmara dos Deputados, em Brasília.

O governo federal aprovou a proposta por 378 votos a favor e 53 contrários, sem abstenções. A base aliada festejou com papel picado. O relator da reforma, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) vibrou com a aprovação. Os primeiros a cumprimentá-lo foram os parlamentares José Mentor (PT-SP) e Professor Luizinho (PT-SP).

Ainda falta ser votado o segundo turno da proposta na Câmara. Depois, a reforma segue para o Senado, onde também deve passar por dois turnos. Os destaques ficaram para semana que vem.

Os especialistas econômicos e políticos admitem que ainda é cedo para fazer uma avaliação sobre a reforma tributária, mas em uma coisa, pelo menos, os consumidores, principalmente os que têm menor poder aquisitivo, saem ganhando.

É que os alimentos e medicamentos básicos para a população ficarão isentos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que atualmente está em torno de 7% para esses produtos.

Uma cesta básica vendida em supermercados da Grande Vitória, por exemplo, que custa em média R\$ 136,73, deverá ser diminuída para R\$ 127,16. Os principais produtos da cesta são arroz, macarrão, óleo, café, farinha de trigo, sal, açúcar, fubá, farinha de mandioca e feijão.

Por outro lado, o fato de o Estado passar a determinar os valores da alíquota do ICMS pode provocar aumento do valor de alguns bens de consumo, como computadores, perfumes e roupas. O limite máximo para a alíquota, no entanto, não poderá ultrapassar os 25%, que serão determinados na Constituição.

"Mas não tenha dúvida de que muitas coisas vão subir de preço, como forma do Estado aumentar a sua arrecadação", afirma o consultor financeiro e tributário César Augusto Gomes.



José Mentor, Professor Luizinho e Virgílio Guimarães festejam aprovação da reforma

## PONTOS DA REFORMA

### Fundo de Compensação

O Estado passará a receber anualmente cerca de R\$ 200 milhões para pagar às empresas exportadoras capixabas que têm créditos de ICMS junto à Secretaria da Fazenda. Em nível nacional, o fundo de compensação será de R\$ 8 bilhões.

### Fundo de Desenvolvimento Regional

Os recursos serão voltados para construção de rodovias, ferrovias e investimento em saneamento básico nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O Espírito Santo será o único do Sudeste a receber dinheiro do fundo, que deverá chegar a R\$ 3 bilhões anuais.

### Destinação da Cide para municípios e estados

A Cide, imposto sobre os combustíveis, passará a ser distribuída para municípios e estados, não ficando somente com o governo federal, como é atualmente.

A expectativa é que o Espírito Santo passe a receber R\$ 80 milhões anuais, dos quais R\$ 20 milhões serão repassados aos municípios.

### Definição da alíquota do ICMS nos estados

Os estados, e não mais o governo federal, passam a definir a sua alíquota de ICMS, que não poderá ultrapassar os 25%, fixados na Constituição.

### Isenção de ICMS em cesta básica e medicamentos

Os alimentos da cesta básica e alguns medicamentos, que serão listados em lei complementar, estarão isentos de ICMS, que atualmente está em 7% nesses produtos. Uma cesta básica pode cair de R\$ 27,99 para R\$ 26,03.

### Transição de ICMS

O ICMS, que atualmente é cobrado na origem, beneficiando os estados produtores, passará a ser cobrado no destino, beneficiando os estados consumidores. Só que a mudança ocorrerá depois de um prazo de 11 anos.

### Guerra fiscal

O governo federal acabou com os incentivos fiscais e financeiros concedidos pelos estados. Os atuais incentivos, como por exemplo o Fundap, terão validade de até 11 anos.

O fim do Fundap, mesmo que a médio prazo, vai prejudicar as importações pelos portos capixabas, segundo alguns especialistas.

### Taxação de importados

As importações de produtos passarão a pagar Cofins. Embora aumente a arrecadação da máquina pública, a medida pode prejudicar as importações feitas no Brasil.

### ITR para os municípios

O Imposto Territorial Rural (ITR) passará a ficar com os municípios e não mais com o governo federal. A arrecadação atual do imposto é de R\$ 300 milhões por ano. O ITR também passa a ser progressivo.

### Prorrogação da DRU

A Desvinculação das Receitas da União (DRU), que gera cerca de R\$ 80 bilhões por ano, ficará prorrogada até 2007.

### CPMF provisória

A CPMF continua provisória até 2007, com alíquota de 0,38% sobre a movimentação financeira. Fica assegurado o repasse de 0,20% das receitas para a Saúde e 0,08% para o Fundo de Combate à Pobreza.

## Governadores querem mudar o texto final

Se depender da vontade e da influência de alguns dos governadores mais importantes do País, a reforma tributária aprovada em primeiro turno na Câmara será modificada no segundo turno ou quando chegar ao Senado.

É o que já defendem os tucanos Geraldo Alckmin (São Paulo) e Aécio Neves (Minas Gerais), o peemedebista Germano Rigotto (Rio Grande do Sul) e o pefelista Paulo Souto (Bahia).

"Esse texto atende ao governo federal, mas não atende ao País", resumiu ontem Aécio, que representa os governadores da região Sudeste.

Mas nem todos os governadores querem as mesmas mudanças. Alckmin critica a cobrança do ICMS no destino e Aécio critica os critérios para a repartição da Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico (Cide).

O governador do Estado, Paulo Hartung (PSB), não foi localizado ontem para comentar a reforma tributária, assim como os secretários estaduais do Planejamento, Guilherme Gomes Dias, e da Fazenda, José Teófilo de Oliveira.

Já o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que está feliz com a aprovação do texto básico da reforma tributária.

Entretanto, a alegria de Lula pode não durar muito. O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, afirmou ontem que o Senado pode alterar completamente o texto da reforma tributária, mas lembrou que todas as alterações feitas no Senado voltam para a Câmara.

## Cafezinho e futebol para driblar o sono

A votação da reforma tributária na Câmara dos Deputados, em Brasília, foi uma maratona que começou no final da tarde de terça-feira e terminou às 2h51 da madrugada de ontem. Para ficar até o fim da sessão, muitos deputados federais apelaram para o cafezinho.

No entanto, alguns não resistiram e acabaram tirando um cochilo no período em que a sessão esteve suspensa. "Aqui é uma casa de louco", brincou o deputado federal Nilton Baiano (PP), que, para manter-se acordado, procurou andar por todos os lados da Câmara.

Já Neucimar Fraga (PL) aproveitou o tempo vago para assistir ao jogo do Vasco contra o São Paulo pela Copa Sul-Americana e não resistiu: deu uma cochilada. Outro que também aproveitou o tempo livre para um rápido descanso foi João Miguel Feu Rosa (PP).

Por sua vez, Iriny Lopes (PT) disse que, com tantas negociações, não deu tempo nem para ter sono, mas não dispensou o café.

Já Rose de Freitas (PP) disse que é da "turma da coruja" e que sempre fica até tarde nas discussões das sessões especiais do Congresso Nacional.

## PRÓXIMOS PASSOS

### NA CÂMARA

**Terça, dia 9:** votação de 9 destaques e 44 emendas aglutinativas

**Dia 10:** continuação da votação dos destaques e das emendas

**Dia 11:** envio do texto à comissão especial para a redação final

**Dia 17:** votação da proposta em segundo turno

**Dia 18:** envio da proposta ao Senado

### NO SENADO

**Dia 23:** início da tramitação do projeto na Comissão de Constituição e Justiça

**Dia 23 de outubro:** aprovada na CCJ, a proposta segue para o plenário

**Dia 4 de novembro:** votação, pelo plenário, em primeiro turno

**Dia 11 de novembro:** votação do segundo turno

Obs.: pode haver atraso, dependendo do impasse político